



Análise das Interações da Audiência Pública da CCJ sobre Novo Código Eleitoral (PLP 112/2021) – 24/04/2025 – Gerado por IA

Este resumo consolida as 137 perguntas e comentários de cidadãos recebidos durante a audiência pública sobre o Novo Código Eleitoral (PLP 112/2021), realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 24 de abril de 2025. O objetivo é apresentar aos senadores uma visão geral das principais preocupações, sugestões e posicionamentos do público sobre a proposta de reforma eleitoral.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 137

Temas Principais:

- Segurança e Transparência do Sistema de Votação (Urnas e Apuração) (25%):** Este foi o tema mais abordado. Há uma forte demanda por maior transparência e auditabilidade do sistema eletrônico de votação. Muitos cidadãos expressam desconfiança nas urnas atuais e pedem a implementação do voto impresso auditável como forma de garantir a verificação e a possibilidade de recontagem. Questiona-se a segurança do sistema e a necessidade de mecanismos que permitam a fiscalização cidadã da apuração. Alguns defendem o sistema atual, considerando-o confiável.

Exemplo: "Sou a favor do voto eletrônico com a impressão do voto sendo depositado em urna para posterior auditoria. Falta transparência" (Nicanor M – SP)

- Estrutura do Sistema Eleitoral e Regras Partidárias (22%):** O segundo tema mais frequente envolve propostas de mudanças estruturais no sistema eleitoral e nas regras partidárias. As sugestões incluem o fim da reeleição para cargos executivos (com críticas à manutenção para legislativos), a adoção do voto distrital, a permissão de candidaturas avulsas (sem partido), mudanças nas regras de federações, cláusula de barreira, domicílio eleitoral, desincompatibilização e sugestões de novos formatos de votação (como voto em ranking ou

voto negativo). A responsabilidade dos diretórios partidários e a isonomia entre partidos também foram mencionadas.

Exemplo: *"Voto distrital nas eleições proporcionais começando pelos vereadores. Candidaturas avulsas. Voto impresso em seções aleatórias." (Pedro Y – SP)*

3. **Outros/Geral/Ética/Propostas Diversas (18%)**: Este grupo reúne questionamentos gerais sobre os objetivos e impactos do PLP, preocupações sobre se a reforma fortalecerá a democracia ou causará retrocessos, além de propostas variadas. Inclui temas como a necessidade de educação política, o fim de privilégios para políticos (uso de serviços públicos, verbas, nepotismo), a unificação da legislação eleitoral, questões processuais específicas (honorários de dativos, valor de provas indiciárias) e críticas gerais ao sistema político.

Exemplo: *"Familiares obrigados a usar os mesmos serviços dados aos cidadãos - saúde, educação, transporte e segurança. Proibido ser particular" (Ricardo P – SP)*

4. **Regras de Elegibilidade, Inelegibilidade e Combate à Corrupção (Ficha Limpa) (9%)**: Os cidadãos demonstram preocupação com a integridade dos candidatos. Há pedidos por regras mais rígidas de inelegibilidade, questionando a possibilidade de investigados ou "fichas sujas" se candidatarem. Discute-se o impacto de eventuais alterações na Lei da Ficha Limpa, a punição para crimes eleitorais e corrupção (inclusive propondo que sejam hediondos), e o direito ao voto de presos.

Exemplo: *"Porque o TSE ainda permite que candidatos com ficha suja, se candidatem? Uns chegam a serem eleitos, tem que mudar isso." (Ana P – SP)*

5. **Liberdade de Expressão, Redes Sociais, Fake News e Propaganda Eleitoral (9%)**: Há preocupações sobre o impacto do novo código na liberdade de expressão e no debate político, especialmente nas redes sociais, com receio de que se torne um instrumento de censura. O combate às Fake News é um ponto levantado, assim como a regulamentação da propaganda eleitoral, com destaque para a polêmica permissão de propaganda em igrejas e o combate ao abuso do poder religioso e econômico na comunicação. A proibição de divulgação de pesquisas às vésperas da eleição também foi sugerida.

Exemplo: *"Na forma como o PLP 112/2021 foi proposto, ele pode ser um instrumento de censura do livre debate nas redes sociais?" (Alexandre C – SP)*

6. **Financiamento de Campanhas e Fundo Partidário (8%)**: O financiamento eleitoral é fonte de críticas. Muitos cidadãos pedem o fim ou a redução drástica do fundo partidário e do fundo eleitoral, sugerindo que os recursos sejam direcionados a outras áreas. Defende-se maior

transparência e controle no uso do dinheiro público e privado nas campanhas, incluindo o combate ao abuso de poder econômico e a auditoria das despesas.

Exemplo: "*Fim do fundo partidário que sustenta esses partidos políticos, o dinheiro pode ir para outros setores úteis ao cidadão brasileiro.*" (Patrícia D – SP)

7. **Representação, Inclusão e Cotas (Gênero, Raça) (5%):** Cidadãos questionam como o novo código garantirá a efetividade das políticas de inclusão, como as cotas de gênero e raça, tanto na distribuição de recursos quanto no registro de candidaturas. Há preocupação sobre como fiscalizar o cumprimento dessas regras, especialmente se a prestação de contas for apenas administrativa. A própria validade e eficácia das cotas foi questionada por um participante. A inclusão de pessoas com deficiência também foi mencionada.

Exemplo: "*Como garantir que a reserva de 20% das vagas para mulheres será efetiva sem punição clara aos partidos que descumprirem a norma?*" (Angelica M – RS)

8. **Obrigatoriedade do Voto (4%):** Diversos participantes defenderam o fim da obrigatoriedade do voto, argumentando que o voto facultativo seria mais condizente com a liberdade individual e uma democracia plena, podendo reduzir a alienação política.

Exemplo: "*Minha pergunta é: Quando vamos ter nas eleições voto facultativo? Já está na hora de pensar nisso.*" (Carlos A – BA)

Em conclusão, as participações dos cidadãos sobre o PLP 112/2021 revelam preocupações centrais com a **segurança e transparência do sistema de votação**, evidenciadas pela recorrente demanda por mecanismos de auditoria como o voto impresso. Igualmente relevante foi o debate sobre **mudanças estruturais no sistema eleitoral**, incluindo propostas como voto distrital, candidaturas avulsas e alterações nas regras de reeleição e financiamento (com críticas ao fundo partidário). Outros temas importantes foram as **regras de elegibilidade** (Ficha Limpa), o equilíbrio entre **liberdade de expressão e combate à desinformação**, a efetividade das **políticas de inclusão** (cotas) e a defesa do **voto facultativo**. No geral, as interações expressam um desejo por um processo eleitoral mais íntegro, verificável e representativo.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=33402>.